Página 13

Nº143 JUNHO/2015

Segunda reimpressão

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

5º CONGRESSO DO PT

11 a 13 de junho, Salvador (BA)

Buscando saídas? Siga pela esquerda

Foto: Ane Cruz

Esta edição de *Página 13* apresenta nossa análise dos debates e das resoluções do 5º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores.

A política externa está sob risco
Breno Altman - p. 3

A fala dos sindicalistas petistas
Vagner Freitas - pp. 16 e 17

Nossa homenagem ao Neiva
Diogo Coelho - p. 20

EDITORIAL

Muita luta pela frente

Nos dias 12 a 14 de dezembro de 2013, em Brasília, foi realizada a primeira etapa do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores, que homenageou os companheiros Luiz Gushiken e Marcelo Déda. No mês anterior, o partido havia realizado o Processo de Eleição Diretas, em que foram eleitas as novas direções partidárias em todos os níveis, bem como as delegações ao 5º Congresso.

Além de aprovar resoluções e moções, aquela primeira etapa remeteu propostas ao 14º Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 2 e 3 de maio de 2014, e à segunda etapa do Congresso, que ainda não tinha data marcada.

Ao longo dos meses de março, abril e maio de 2015, foram realizadas diversas etapas preparatórias (municipais, estaduais e etapas livres) e cinco debates nacionais para que a militância discutisse os temas do Congresso e encaminhasse propostas à plenária final.

O Diretório Nacional do PT, no dia 29 de novembro de 2014, havia aprovado uma resolução contendo a pauta da segunda etapa do Congresso:

1.Estratégia e programa do PT

- Atualização do projeto partidário
- Desafios dos novos tempos
- Situação política internacional e nacional
- Quarto governo do PT e perspectivas futuras

2.Aprimoramento da organização partidária

- Renovar o modelo de organização do PT
- Alteração do estatuto
- Processo de eleição das direções partidária

Na programação presente naquela mesma resolução, que previa 4 dias de atividade, estava prometida a realização de painéis e debates para cada item e subitem da pauta, bem como um momento dedicado a debater um plano de ação partidária para os próximos 4 anos.

Na programação efetivamente realizada em Salvador, distribuída ao longo de três dias, os painéis foram suprimidos e incluiu-se um seminário internacional, uma noite para reunião das tendências partidárias e uma manhã dedicada a trabalho em grupos.

Houve dois momentos de votação, na abertura e no encerramento do Congresso. No primeiro, aprovou-se a "Carta de Salvador" e outras resoluções que serviram de base aos debates e ao texto final. No segundo momento, aprovaram-se as resoluções ao texto base.

Importante dizer que os delegados e as delegadas presentes ao 5º Congresso foram eleitos no PED 2013. Naquela ocasião, foram eleitos/as 1600 delegados e delegadas, indicados/as pelas chapas que disputaram o PED, na proporção indicada na tabela abaixo.

Mas na etapa de Salvador (de 11 a 13 de junho de 2015), o Diretório Nacional decidiu que poderiam participar apenas 800 delegados, metade da delegação total eleita. E o número dos que efetivamente credenciaram-se foi menor: 756, sendo 373 mulheres e 383 homens. E o número dos que efetivamente estiveram presentes no salão e votaram parece ter sido ainda menor.

O mais importante, contudo, não são os números, mas a política. De novembro de 2013 a junho de 2015, a conjuntura sofreu consideráveis alterações. É ilustrativo a este respeito que uma das chapas que disputaram o PED 2013 tenha decidido sair coletivamente do Partido, no que talvez seja o menor de vários indicativos de que o ambiente da eleição dos delegados e das delegadas foi bastante diferente do atual. Cabe perguntar: se a delegação à etapa de Salvador do 5º Congresso tivesse sido eleita no primeiro semestre de 2015, será que prevaleceria a mesma posição adotada acerca do ajuste, do PMDB e do PED?

Esta pergunta nunca será respondida. O que sabemos é que a "Carta de Salvador" fugiu de tomar posição sobre temas políticos centrais, como o que fazer frente ao ajuste fiscal e diante do PMDB. O que sabemos, também, é que o 5º Congresso rejeitou as posições que propunham mudança profunda e imediata na politica e no funcionamento do Partido.

Portanto, o PT sai do 5º Congresso sem dispor de um novo mapa do caminho, que aponte por onde superar o momento difícil que vivemos e por que caminhos aprofundar as mudanças que o país e a classe trabalhadora necessitam. Esta é a verdade que precisa ser dita às bases do Partido: precisaremos lutar muito para salvar o Partido, não apenas dos ataques da direita, mas também dos erros cometidos por quem (nominalmente) o dirige.★

Chapas	Vagas	Masc	Fem	Jovem	Etnia
Constituinte por terra, trabalho e soberania	11	5	6	2	2
A esperança é vermelha	42	21	21	8	8
Mensagem ao Partido	164	82	82	33	33
Partido é para todos, na luta	114	57	57	23	23
Contraponto socialista	8	4	4	2	2
É pela esquerda que queremos o Brasil	27	13	14	5	5
O Partido que muda o Brasil	429	215	214	86	86
Virar à esquerda! Reatar com o socialismo	5	3	2	1	1
TOTAL	800	400	400	160	160

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira/RS, Adriele Manjabosco/RS, Adriana Miranda/DF, Ananda Carvalho/RS, André Vieira/PR, Bárbara Hora/ES, Bruno Elias/DF, Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Eduardo Loureiro/GO, Eleandra Raquel Koch/RS, Eliane Bandeira/RN, Elisa Guaraná/DF, Emílio Font/ES, Fernando Feijão/PI, Giovane Zuanazzi/RS, Gleice Barbosa/MS, Iole Ilíada/SP, Izabel Cristina da Costa/RJ, Ivonete Almeida/SE, Jandyra Uehara Alves/SP, Joel de Almeida/SE, José Gilderlei/RN, Karen Lose/RS, Leirson Silva/PA, Lício Lobo/SP, Múcio Magalhães/PE, Olavo Brandão/RJ, Patrick Araújo/PE, Rafael Tomyama/CE, Rodrigo Cesar/SP, Rosana Ramos/DF, Silvia Vasques/RS, Sônia Fardin/SP, Valteci de Castro/MS, Valter Pomar/SP. **Comissão de ética nacional:** Ana Affonso/RS, Iriny Lopes/ES, Jonatas Moreth/DF, Júlio Quadros/RS

Edição: Valter Pomar e Rodrigo César **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961). **A AUTORA DA FOTO DE CAPA DESTA EDIÇÃO É A COMPANHEIRA ANE CRUZ**
Secretaria Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 **Acesse:** www.pagina13.org.br

Política externa está em perigo

*Breno Altman**

A contraofensiva conservadora espeta garras sobre todas as esferas da sociedade, do Estado e do governo. Seus agentes sentem-se à vontade para encurralar o campo progressista até em setores de pouca dependência parlamentar, como é o caso da diplomacia.

A rejeição do nome de Guilherme Patriota, para a embaixada brasileira junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), decidida pelo Senado, é um dos sinais que a escalada reacionária busca romper todas as linhas de defesa.

Os principais veículos da imprensa corporativa, associados a círculos partidários e empresariais, avançam cotidianamente sua agenda para a política internacional.

Advogam abertamente, entre outras demandas, por abandono do Mercosul e da integração latino-americana, reaproximação com os Estados Unidos e privilégios a tratados de livre-comércio com potências imperialistas, resistência à criação do banco de investimentos dos BRICS, mudança de atitude em relação ao governo venezuelano e outras nações da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).

Não se trata apenas de intensificação do cerco, de fora para dentro, contra posições tradicionalmente sustentadas pelos governos sob liderança petista. A novidade dos últimos meses é a expressão de vozes que desejam, de dentro para fora, enterrar a política internacional em curso desde 2003.

Uma das evidências da nova trincheira do conservadorismo foi a recente entrevista do ministro Mangabeira Unger, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, propondo que o eixo da estratégia brasileira se deslocasse do Mercosul para os Estados Unidos, em um pacto contra a expansão chinesa.

Outra demonstração de quinta-colunismo está nos laços estreitos que o ministro Joaquim Levy vem retomando com o Fundo Monetário Internacional. Para além da estratégia econômica, centrada na atração dos fluxos internacionais de capital, iniciativas como essa embutem ameaça de deslocar o Brasil do projeto contra-hegemônico lançado pelo ex-presidente Lula.

O Palácio do Planalto resiste à pressão, como expressa o importante acordo firmado com a China no mês passado. Mas operações de sabotagem são crescentes.

Apesar da aprovação parlamentar, o Banco Central retarda capitalização das cotas brasileiras no banco criado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul na cúpula de Fortaleza, em 2013.

Também arrasta-se no tempo a consolidação do chamado Banco do Sul, cujos sócios principais são Venezuela, Argentina e Brasil.

A verdade é que o país já vinha perdendo protagonismo internacional desde 2011, quando parece ter havido certa mescla entre movimentos de distensão com os centros imperialistas, após o conflito com os EUA entorno da questão iraniana, e esvaziamento da diplomacia presidencial.

O cenário se complica, porém, com o exercício da nova política econômica, alinhavada depois da eleições de outubro. A busca indomável por atender exigências da banca mundial e das agências de risco dificilmente deixaria de ter consequências nas relações planetárias, com a crescente preocupação em encontrar zonas de conforto com os Estados Unidos e a União Europeia.

Não corresponderia à verdade, no entanto, qualquer afirmação de que a presidente Dilma Rousseff tenha alterado algum dos pilares da política internacional vigente há treze anos. Sinais de abrandamento e acomodação, porém, começam a despontar.

Os conservadores não querem a aliança entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

O Brasil passou a ser, por exemplo, menos incisivo na defesa da autodeterminação do processo venezuelano e mais maleável na repulsa às ações coloniais de Israel.

Mesmo no início de seu governo, quando tinha como objetivo acalmar resistências burguesas contra a vitória petista, o presidente Lula soube manobrar para impedir que a política internacional se transformasse em moeda de troca das negociações econômicas.

A seu favor, contou com o fato de que os Estados Unidos, depois do atentado às torres gêmeas, tinham virado as costas para a América Latina, resumindo sua intervenção ao tema venezuelano, por conta das reservas petroleiras. O líder petista conseguiu, então, operar no relativo vácuo de poder e avançar muitas casas no jogo diplomático.

Também contou, progressivamente, como um projeto de desenvolvimento e combate à desigualdade social que angariou simpatia mundo afora, dando-lhe legitimidade para não falar fino com os Estados Unidos, segundo o axioma sintetizado por Chico Buarque de Holanda.

A presidente Dilma Rousseff enfrenta situação mais adversa. Os Estados Unidos estão voltando a disputar todos os espaços latino-americanos, impasses da economia brasileira reverberam no prestígio mundial do governo e o conservadorismo local pede passagem nos assuntos exteriores.

Na lógica do cavalo-de-pau representado pela doutrina Levy, a chantagem por mudanças na política internacional será crescente.

Se o PT e as demais forças progressistas não disputarem, de forma clara e determinada, as fronteiras deste território, sua reocupação paulatina pelos sabujos pró-imperialistas representará perigo real e imediato.★

***Breno Altman** é editor do Opera Mundi

Honras para um criminoso?

O ministro Jacques Wagner e o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, fazem troça da Comissão Nacional da Verdade e da memória das vítimas de Leônidas

Pedro Estevam da Rocha Pomar*

O ministro da Defesa, Jacques Wagner, zombou da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ao autorizar, ou permitir, honras militares e mandar um general como seu representante no funeral do general Leônidas Pires Gonçalves, cujo corpo foi velado na manhã deste 6 de maio. O nome de Leônidas consta do Relatório Final da CNV, identificado que foi como torturador. A CNV tinha razões de sobra para fazê-lo.

Quando general de brigada, Leônidas chefiou o Estado-Maior do I Exército e, por consequência, o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, entre março de 1974 e novembro de 1976. Nesse período, dezenas de presos políticos capturados pela repressão foram torturados nas dependências do Destacamento de Operações de Informações (DOI-CODI), subordinado a Leônidas, no quartel da Rua Barão de Mesquita (no Rio de Janeiro), ou levados para a "Casa da Morte" (em Petrópolis).

Destaque-se: nesse período, Thomaz Antonio da Silva Meirelles Netto, Davi Capistrano, José Roman, Wilson Silva e Ana Rosa Kucinski, opositores da Ditadura Militar, foram assassinados na "Casa da Morte" e tiveram seus corpos esquartejados, como revelado inicialmente pelo ex-sargento Marival Chaves do Canto (e depois confirmado à CNV pelo coronel Paulo Malhães), ou incinerados, como declara o ex-delegado de polícia Cláudio Guerra.

Registre-se: "O militante comunista Armando Teixeira Fructuoso foi executado pelo DOI-CODI do I Exército, no próprio centro de torturas da Barão de Mesquita, em setembro ou outubro de 1975, conforme detalhado depoimento do seu companheiro Gildásio Westin Consenza, preso no mesmo local e testemunha da morte. Como chefe dos torturadores, o general Leônidas têm de responder por esta morte e por todas as outras ocorridas no período em que comandou o CODI do I Exército" (http://goo.gl/aP4VKU).

Nas fotos, o general (de terno, entre seus colegas) e o ministro Jacques Wagner (na foto da direita)

Leônidas não era nenhum ingênuo, muito pelo contrário. Envolveu-se nas tarefas da repressão política e exerceu com gosto seu protagonismo criminoso, como revelam suas declarações posteriores. Teve participação destacada no desmantelamento do PCdoB no Rio de Janeiro e no suborno a um dirigente comunista preso pelo I Exército, para que colaborasse com a localização do Comitê Central desse partido. "Eu era o chefe do DOI", declarou à repórter Ana Maria Mandim, do jornal *Folha de S. Paulo*, em 1996.

Em 1985, Leônidas tornou-se ministro do Exército de José Sarney, de cuja posse foi um dos autores e fiador, embora o vice de Tancredo Neves fosse tão biônico quanto seu companheiro de chapa, uma vez que ambos foram eleitos pelo voto indireto. Na condição de ministro, tornou-se um dos principais responsáveis pelo massacre de Volta Redonda (1988), quando tropas do Exército assassinaram a golpes de baioneta três operários da Companhia Siderúrgica Nacional, então em greve, em episódio que comoveu o país. Também exerceu pressão sobre os deputados constituintes, com sucesso, para que a Constituição Federal mantivesse o arcabouço legal da repressão policial e política herdado da Ditadura Militar.

A gravidade do gesto do ministro Jacques Wagner, que vem ignorando acintosamente as recomendações da CNV, pode ser medida não apenas pela trajetória do general Leônidas, mas por suas inúmeras e reiteradas declarações depreciativas dos militantes políticos que combateram a Ditadura Militar. Vale relembrar duas delas, que fez aos pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas: "Nunca vi tendência maior para a delação do que em um comunista. Comunista é um delator nato! Fala tudo! Depois, para se justificar, diz que foi torturado". "Porque, não tenham a menor dúvida, os subversivos, com raríssimas exceções, eram desequilibrados. Eram psicologicamente desequilibrados, por questões familiares, por questões fisiológicas. E as mulheres são de uma violência incrível" (*Anos de Chumbo*, 1994).

Graças à cobertura institucional promovida pelo ministro da Defesa (http://goo.gl/B1j88G), o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, sentiu-se à vontade, ao discursar no velório de Leônidas, para atacar indiretamente as conclusões da CNV: "Os soldados do seu Exército não consentirão que a retidão de seu caráter e a transcendência de sua alma sejam maculados por versões históricas capciosas" (Agência Estado, 6/6/15).

"Versões históricas capciosas"? A verdade é que os generais de hoje pensam como os generais de ontem. Se depender da mentalidade retrógrada deste generalato, o país continuará sob tutela militar, a Ditadura jamais será condenada pelos crimes cometidos, o Terrorismo de Estado promovido pelas Forças Armadas entre 1964 e 1985 será eternamente justificado.

A presidenta Dilma Rousseff foi a primeira a desmerecer o Relatório Final da CNV, ao declarar, na solenidade em que recebeu o documento, sua disposição de manter intocada a Lei da Anistia de 1979, que protege os torturadores que agiram a serviço da Ditadura Militar. Ora, a CNV recomendou a anulação da Lei da Anistia. E agora são o ministro Jacques Wagner e o comandante do Exército que fazem troça da Comissão e, ainda, da memória das vítimas de Leônidas.

Vergonha, imensa vergonha. ★

***Pedro Estevam da Rocha Pomar**, jornalista, membro do Comitê Paulista por Memória, Verdade e Justiça (CPMVJ), é neto de Pedro Felipe Ventura de Araújo Pomar, assassinado pelo II Exército e Centro de Informações do Exército (CIE) em 1976, em São Paulo

LIVROS

O PT e a juventude

A relação do PT com a juventude, assim como da juventude com o PT sempre foi marcada por conflitos e contradições.

Este livro propicia às novas gerações de jovens petistas o contato com um conjunto de elaborações políticas e também com a trajetória de um período que conquistou importantes avanços para a organização da JPT e a compreensão do PT sobre a juventude.

Seus autores fazem parte de uma geração que protagonizou grandes embates sobre como deveria ser a relação do PT com a juventude, negou a visão instrumentalista, combateu duramente a concepção de jovem como um "problema social" e elaborou uma nova forma de construção e organização da Juventude do PT.

Em um cenário de acirramento da luta de classes e ofensiva do conservadorismo, onde a juventude é um dos principais setores em disputa, repensar a JPT e a relação do PT com a juventude mais do que nunca, continua sendo um desafio e uma responsabilidade histórica.

A ESQUERDA PRECISA DE TUA CONTRIBUIÇÃO!

Campanha de arrecadação financeira

Página PT 13

Companheira e companheiro,

Escrevemos em nome da tendência petista Articulação de Esquerda.

Somos uma tendência que reúne petistas que defendem um programa e uma estratégia democrático-popular e socialista. Nossa visão está detalhada em vários textos, entre os quais as resoluções de nosso recente Segundo Congresso disponivel em nosso site www.pagina13.org.br

Mantemos uma página eletrônica e atuamos nas chamadas redes sociais; editamos mensalmente o jornal Página 13; editamos três vezes ao ano a revista Esquerda Petista; e realizamos semestralmente uma jornada nacional de formação.

Nossos recursos são provenientes de três fontes: 1) contribuições dos/as petistas que participam ou simpatizam com a Articulação de Esquerda; 2) venda de materiais; 3) atividades e campanhas especiais de arrecadação.

Neste momento estamos realizando uma campanha de arrecadação financeira junto a pessoas como você, que compartilham em alguma medida nossas propostas e ideais.

Caso você queira e esteja em condições, pedimos que contribua com qualquer valor. Pode ser uma única vez ou parceladamente.

Estamos a disposição para eventuais dúvidas. Abaixo nossa conta para depósito e endereço eletrônico para o envio de informações.

Desde já agradecemos pela atenção e pelo apoio.

Saudações petistas

Valter Pomar e Damarci Olivi
Pela direção nacional da Articulação de Esquerda

Conta para depósito no Banco do Brasil:
Agência 3321-9
Conta Corrente 34.297-1
Em nome de Rubens Alves da Silva

OU

Para pagar via Pag Seguro com boleto ou cartão:
www.pagina13.org.br/apresentacao/doacoes/
Dúvidas e informações:
tesouraria@pagina13.org.br

Obediência devida?

*Olavo Carneiro**

A tramitação das MPs do ajuste fiscal no Congresso não se resumiu ao embate entre situação e oposição. Demonstrou, entre outras coisas, a confusão em que estamos: um governo eleito pelos setores populares mas que até agora adotou o programa derrotado nas urnas

Além da escalada da taxa de juros, o início do segundo governo Dilma trouxe como elemento central da sua política econômica um pacote de ajuste fiscal inaugurado por duas Medidas Provisórias que restringiram direitos dos trabalhadores e trabalhadoras: as MPs 664 e 665.

Também constam do pacote a aprovada MP 668, que elevou impostos de alguns produtos importados, bem como a "MP das desonerações" ainda em debate na Câmara dos Deputados.

Apesar do contorcionismo retórico exibido por porta-vozes do governo, o fato é que as Medidas Provisórias 664 e 665 diminuem o acesso a benefícios sociais por parte dos setores mais pobres e humildes da nossa população.

A MP 665 – aprovada no Senado por 39 votos a 32 -- estabelece que os trabalhadores só possam acessar o seguro-desemprego pela primeira vez caso tenham trabalhado ininterruptamente por 12 meses, o segundo acesso com 9 meses de trabalho e o terceiro acesso com 6 meses.

A proposta original da MP 665 restringia mais ainda o benefício, estabelecendo para o primeiro, segundo e terceiro acesso os prazos de 18, 12 e 6 meses. Antes da MP 665 eram exigidos 6 meses de trabalho para o primeiro acesso. Importante dizer que segundo estudo do Dieese estima-se que 4,8 milhões de trabalhadoras e trabalhadores não terão acesso ao seguro-desemprego com as novas regras propostas pelas MPs enviadas ao Congresso. Isto num momento de crescimento econômico seria injusto. Num momento de recessão é, como diria Talleyrand, pior que um crime: constitui um grave erro político!

A MP 665 também alterou o abono salarial, que antes era pago a todo trabalhador que no ano anterior esteve empregado pelo menos por 30 dias e recebeu em média até 2 salários mínimos mensais. O texto aprovado no parlamento brasileiro estabelece que o direito agora se restrinja aqueles que trabalharam no mínimo 3 meses ininterruptos e o valor do abono será proporcional ao tempo trabalhado e não mais a integralidade de um salário mínimo. Nas negociações finais o governo prometeu vetar a exigência

Laycer Tomaz/Câmara dos Deputados

Moreira Mariz/Agência Senado

Os parlamentares petistas devem contribuir com a disputa de rumos do governo e do partido

dos três meses de trabalho para direito ao abono.

A chegada ao Senado das MPs 664 e 665 provocou um debate na bancada do PT acerca dos rumos do governo e sobre o papel do parlamentar petista e sua relação com o governo. Entre senadores e senadoras do Partido ficaram claras duas concepções distintas.

Com maior ou menor crítica ao mérito das MPs, há aqueles que entendem que a maneira de defender o projeto de transformação iniciado em 2003 é o alinhamento incondicional às proposições do Planalto na hora de votar, mesmo medidas historicamente combatidas pelo partido. Esta foi a postura adotada pela maioria da bancada no Senado.

A outra concepção têm como premissa que o atual rumo do governo Dilma está colocando em xeque a continuidade do projeto de transformações iniciado em 2003, assim como está colocando em risco o partido em si. E se os petistas no governo usam de seus cargos (conquistados por nós na memorável campanha de 2014) como um instrumento para a disputa de rumos da bancada e do Partido, então os petistas que estão no parlamento também tem o direito de ser agentes na disputa de rumos do governo e do partido.

Em termos concretos o governo conseguiu aprovar a MP 665 que alterou as regras para acesso ao seguro-desemprego e abono salarial, restringindo direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas a resistência do movimento sindical e de outros movimentos populares, de parcelas importantes da intelectualidade e setores do próprio Partido, assim como de alguns (poucos) deputados/as e senadores progressistas contribui para o PT, para a esquerda social e principalmente para a própria presidenta Dilma repensar os próximos passos.

Não é por acaso que apenas dois dias após o debate travado no plenário do Senado e que provocou adiamento da votação, o governo se viu levado a apresentar a MP 675, que aumentou a alíquota de imposto para lucros dos bancos, o famoso "andar de cima". Vale dizer que a MP 675 possui o mesmo conteúdo de uma das emendas feitas pelo senador petista Lindbergh Farias à MP 665.

Também não é por acaso que, na sequência da resistência travada no parlamento, ganhou maior força a discussão sobre Imposto de Grandes Fortunas e sobre Heranças.

Já a MP 664 que alterou acesso às pensões por morte e auxílio-doença ganhou outra dimensão, passando a ter como objeto mais relevante o fim do fator previdenciário, reivindicação antiga dos aposentados e entidades sindicais, que foi agregada à MP na votação da Câmara dos Deputados. Infelizmente, parte da bancada de deputados/as petistas votou contra o fim do fator previdenciário. Mais uma oportunidade para a presidenta Dilma, sancionando a decisão do Parlamento, sinalizar seu compromisso com o andar de baixo.

Em fim, a tramitação das MPs no Senado não se resumiu ao embate entre situação e oposição. Demonstrou, entre outras coisas, a confusão em que estamos: um governo eleito pelos setores populares mas que até agora adotou o programa derrotado nas urnas; uma oposição neoliberal que para tentar derrotar o governo votou contra o seu programa; e um grupo de parlamentares que segue fiel ao programa vitorioso no segundo turno de 2014.★

***Olavo Carneiro** é militante do PT no Rio de Janeiro

ASSINE O JORNAL Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

_____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: ( ) _____ Celular: ( ) _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual: _____

Área de interesse,militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____

ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
( ) R$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
( ) R$ 200,00

( ) Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1
Em nome de: Rubens Alves da Silva

Derrotar a "reforma" do Cunha & Gilmar

A luta por uma reforma política democrática e popular sofreu um duro golpe da maioria conservadora da Câmara dos Deputados

Bruno Elias*

No dia 26 de maio, movimentos sociais, partidos de esquerda e centrais sindicais se mobilizaram contra a PEC Vaccarezza/Cunha, que constitucionalizava o financiamento empresarial da política e o "distritão" como sistema eleitoral. Como tem sido a regra na gestão de Eduardo Cunha na presidência da Câmara, a "casa do povo" foi sitiada pela polícia e manifestantes proibidos de entrar e acompanhar o primeiro dia de votações.

Com o distritão, sistema eleitoral defendido pelo PMDB e pelo vice presidente Michel Temer, seriam eleitos os candidatos na ordem de maior numero de votos, eliminando o voto de legenda e acentuando a submissão dos partidos ao personalismo das suas lideranças eleitorais. Este modelo, existente em poucos países como Afeganistão, Jordânia e Vanuatu, agravaria os problemas estruturais do sistema político que, combinado com o financiamento empresarial, concentraria a representação política nos mais ricos, conhecidos e privilegiados.

Ao constitucionalizar o financiamento empresarial da política, a PEC aprofunda a dependência do atual sistema em relação ao poder econômico. O financiamento das eleições e mesmo o funcionamento cotidiano dos partidos é custeado majoritariamente pelos recursos de poucas corporações empresariais. Este mecanismo desiguala as condições de disputa da representação política em favor dos mais ricos, acentua a subrepresentação dos trabalhadores, das mulheres, negras/os, jovens e setores populares e é o principal vetor de corrupção e privatização da política.

No primeiro dia de votação da Câmara, não se alcançou em plenário os 308 votos necessários para aprovar o distritão e a constitucionalização do financiamento empresarial. Mas a comemoração durou pouco. No dia seguinte, Cunha viabiliza em nova manobra a aprovação de uma emenda que constitucionaliza o financiamento empresarial aos partidos com o apoio de 70 deputados que na noite anterior votaram pela posição contrária. Um episódio singular de convencimento coletivo.

Movimentos populares e juristas denunciaram o golpe e 63 parlamentares entraram com mandado de segurança junto ao STF contra a medida. A votação do dia 27 de maio teria violado o inciso I e o § 5º do artigo 60 da Constituição Federal, que dispõe sobre o processo legislativo das propostas de emenda constitucional. Segundo esse dispositivo, "a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa".

Além destes pontos, o plenário decidiu manter o atual sistema eleitoral proporcional; acabar com a reeleição para o Executivo; cortar o fundo partidário dos legendas sem representação parlamentar. Nos próximos dias, outros temas polêmicos entrarão em pauta como tempo de mandato, voto obrigatório ou facultativo, coincidência das eleições, cota para mulheres, data da posse presidencial, federações e coligações partidárias, entre outros.

Caberá à direção nacional do PT e à bancada na Câmara e no Senado aprender com o exemplo da luta contra o PL 4330, que combinou mobilização social, combatividade da bancada e posição firme do partido na defesa dos trabalhadores. Preferir o caminho da conciliação ou do taticismo parlamentar ao da mobilização, reforça as possibilidades de retrocessos no debate da reforma política.

Nesse sentido, consideramos equivocada a possibilidade aventada por setores da bancada de apoiar a proposta de sitema distrital misto, em acordo com o PSDB contra o distritão. Mesmo em nome do "mal menor", discordamos do apoio partidário a alguma modalidade de voto distrital — como o distrital misto — que reforça a "paroquialização" da política, as práticas de "currais eleitorais" e mina a pluralidade na representação, prejudicando as candidaturas dos trabalhadores, das mulheres, das negras/os, LGBTs, entre outros setores populares.

Além disso, os acordos de votação também levaram a posições do partido contrárias a temas por nós defendidos, como o voto em lista e o fim das coligações nas eleições proporcionais. A mobilização para os proximos momentos de tramitação da proposta deve articular a tática parlamentar, com forte mobilização popular, tomada de posição pelo governo e acompanhamento da direção nacional do partido.

Diante da ofensiva da direita, é preciso derrotar os retrocessos da PEC e denunciar que reforma política com este legislativo e sem participação popular têm servido ao *status quo* político, "mudar para nada mudar".

O centro da luta pela reforma política hoje é proibição da grana das empresas na política e devemos reforçar ampla unidade política e social em torno desta bandeira, no Congresso e no Supremo, onde há mais de quinze meses o ministro Gilmar Mendes pediu vistas da ação de inconstitucionalidade do financiamento empresarial às campanhas e aos partidos movida pela OAB e apoiada por outras entidades. A ação já conta com o apoio majoritário da corte e os movimentos sociais exigem que o ministro devolva para a conclusão do julgamento.

No entanto, se a proposta de reforma política do campo democrático-popular se propor estrutural, a ir além das meras alterações eleitorais ou redução de danos das propostas da direita, reafirma-se a necessidade de amplo debate e mobilização pela convocação de uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político. Ou ainda, retomar a proposta de campanha da presidenta Dilma de plebiscito oficial sobre a reforma política. Para o sucesso dessa empreitada será preciso antes derrotar a reforma política do Cunha e do Gilmar. ★

***Bruno Elias** é secretário nacional de movimentos populares do PT

Levy está no centro do problema

Jandyra Uehara e Expedito Solaney***

Nem "Judas", nem "Cristo": o "levítico" é neoliberal

O chamado feito pela CUT, centrais sindicais e movimentos sociais para o Dia Nacional de Paralisação e Luta em 29 de maio foi respondido com ações em todos os estados, nas capitais e em muitas cidades Brasil adentro.

Diversas categorias, de diferentes ramos de produção paralisaram o trabalho em protesto contra a política de ajuste fiscal do governo, de orientação neoliberal, que retira direitos dos trabalhadores, faz cortes em políticas sociais, reduz o crédito, aumenta os juros e o desemprego e privilegia os interesses dos rentistas.

A classe trabalhadora e os movimentos sociais organizados se movimentam e se esforçam para organizar suas bases sindicais e sociais rumo a mobilizações cada vez mais fortes, imprescindíveis para alterar a correlação de forças e exigir que o programa vencedor nas urnas em 2014 seja colocado em prática.

No ABC paulista 55 mil metalúrgicos saíram em passeata contra as demissões que atingem a região, na capital bancários mantiveram 107 agências da região central e 4 centros administrativos totalmente paralisados, entre várias outras manifestações de químicos, rodoviários, funcionários públicos e professores.

Em Minas Gerais, os metroviários paralisaram todas as 19 estações, metalúrgicos de BH, Contagem e região e Betim, petroleiros, trabalhadores em telecomunicações, eletricitários e bancários se concentraram para ato conjunto, além de paralisações de bancários, correios, de telecomunicações, educadores, servidores públicos estaduais.

No Rio Grande do Sul paralisações em São Leopoldo, Canoas, Novo Hamburgo, no Pólo Petroquímico, levaram às ruas metalúrgicos, petroleiros, sapateiros e comerciários, em Porto Alegre os ônibus paralisaram no período da manhã e o metrô durante todo o dia, além de diversas outras categorias que se reuniram num ato na região central.

Em Pernambuco, paralisação no Porto de Suape sofreu forte repressão policial, rodoviários e metroviários paralisaram Recife. Na Bahia, a paralisação teve início no Pólo Petroquímico de Camaçari e atingiu a produção em diversas fábricas, na região metropolitana os rodoviários, metalúrgicos, borracheiros, construção civil, alimentação, professores, profissionais da saúde, bancários, comerciários, e polícia civil; Chesf, Coelba, vigilantes, limpeza, saúde, educação e do Call Center do Banco do Brasil.

Enfim, o balanço das paralisações em todo o país é positivo e representa avanço no processo de mobilizações e acúmulo de forças para a construção de uma greve geral, em momento oportuno, para impedir o retrocesso da terceirização, retirada de direitos e exigir mudanças na política econômica.

Em relação à pauta do Congresso Nacional, em resolução aprovada em 2 de junho, a executiva nacional decide que "a CUT manterá vigilância e pressão permanente no Congresso para combater o retrocesso liderado por Eduardo Cunha, derrotar a contra-reforma política e o projeto da terceirização(PLC30/15) no Senado, e obter a sanção do 85/95 pela Presidenta Dilma."

Lutaremos para que os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras prevaleçam em relação à posição neoliberal e fiscalista de Levy na decisão presidencial. A sanção da presidenta Dilma à fórmula 85/95, aprovada pela maioria dos deputados e senadores, permitirá a redução do tempo para se aposentar e o aumento no valor das aposentadorias. A 85/95 foi elaborada e negociada em 2009 pela CUT e outras cinco centrais sindicais em conjunto com o governo no segundo mandato do governo Lula. O projeto seguiu então para o Congresso e ficou engavetado até a votação da MP 664, quando o deputado Arnaldo Faria de Sá encaminhou emenda com conteúdo idêntico à apresentada em 2009 pelo então deputado petista Pepe Vargas.

Para a CUT, o centro das mobilizações previstas para o próximo período será *"o combate à política de ajuste fiscal promovida pelo Ministro Joaquim Levy, que penaliza os/as trabalhadores/as com a retirada de direitos, o aumento do desemprego, a redução e piora das políticas sociais. A CUT é radicalmente contra a elevação da taxa de juros por sua ineficiência no combate à inflação, por elevar a dívida pública e favorecer os setores rentistas da sociedade. Essa política errática levará o país a um longo período de recessão, criando o ambiente favorável à precarização do trabalho e ao enfraquecimento dos sindicatos. Temos que combatê-la com ações de massa e com a formulação de uma política econômica alternativa, que impeça uma restauração neoliberal no país, ameaça que já está em curso. Fomos frustrados com o desvio de rota do projeto vitorioso nas eleições de novembro."*

Contra a política de ajuste fiscal e a alta dos juros serão organizadas novas ações de massa, com atos nas sedes dos Bancos Centrais nas capitais e uma grande manifestação em Brasília no Ministério da Fazenda.

Não à política de ajuste fiscal do ministro Levy! Não à contra-reforma política de Eduardo Cunha! Não ao PLC30 da terceirização! Pela sanção do 85/95! ★

***Jandyra Uehara Alves** e ****Expedito Solaney** integram a direção nacional da CUT

Um golpe contra o ECA

*Patrick Campos Araújo**

A ampliação do estado policial implica no aumento da violência e das mortes justamente dessa mesma população que hoje se pensa em prender e que tem classe, cor e endereço: A juventude negra das periferias. A solução passa pela ampliação do Estado Social, com a efetiva garantia dos direitos individuais e fundamentais já previstos tanto na Constituição

Está em curso no país uma ofensiva contra os direitos e garantias individuais. As cláusulas pétreas de nossa Constituição vão se dissolvendo de forma conveniente conforme os interesses daqueles que manobram o aparato do legislativo e do judiciário.

O novo golpe para retirada de direitos se abate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Criado em 1990, dois anos após a promulgação da Constituição Federal, o Estatuto versa sobre o tratamento legal e social e principalmente a proteção que deve ser dada às crianças e adolescentes.

Seu objetivo é primordialmente o de garantir a proteção de crianças e adolescentes como estabelece seu próprio artigo 3º ao afirmar que "*A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade*".

Todavia, devido a retomada da pauta sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos atiçada pelos setores reacionários, vem sendo construída pelo Governo a possibilidade de mudanças no ECA para que se amplie de 3 para 8 anos o tempo de reclusão dos jovens nos casos do cometimento de crimes hediondos.

A proposta visa ser um intermédio para que nem se reduza a idade penal, mas que tão pouco não sejam dadas respostas aos que pedem mais punição. A questão, no entanto, precisa ser entendida como um retrocesso de grandes proporções nas garantias e direitos individuais da juventude.

Primeiro por se tratar de uma proposta de modificação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que como já demonstrado, tem o objetivo de garantir a proteção das crianças e dos adolescentes e não servir de código penal específico para punir de maneira "mais qualificada" estes indivíduos.

Segundo que não há absolutamente nenhum dado que abra brecha para o entendimento que a ampliação do tempo de reclusão implique na diminuição dos índices de criminalidade.

Terceiro que um governo que foi responsável por ajudar a construir e aprovar a menos de dois anos o Estatuto da Juventude, que visa, entre outras, o "*reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares*" e a "*promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação*", não pode ser o mesmo que agora acredita que mais punição e mais estado policial é a solução para diminuir os índices de infrações e crimes na juventude.

É preciso exatamente o contrário. A ampliação do estado policial implica justamente no aumento da violência e das mortes justamente dessa mesma população que hoje se pensa em prender e que tem classe, cor e endereço: A juventude negra das periferias.

A solução passa pela ampliação do Estado Social, com a efetiva garantia dos direitos individuais e fundamentais já previstos tanto na Constituição Federal quanto nos Estatutos da Criança e do Adolescente e agora da Juventude.

Ampliar o tempo de reclusão de 3 para 8 anos, ainda mais por meio de mudanças no ECA é interromper um processo que vinha avançando, mesmo que lentamente, de uma agenda positiva de Direitos. E mais que uma interrupção, significa o início de uma agenda de retiradas de direitos, algo extremamente perigoso num momento em que as forças reacionárias atacam por todos os lados.

É preciso impedir este retrocesso. E como em diversas outras situações, essa luta será menos difícil se tivermos o Governo do lado da defesa dos direitos e não do outro lado. ★

***Patrick Campos Araújo** é militante da Juventude do Partido dos Trabalhadores

Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom | ABr

A bancada da pimenta não gosta de jovens

À militância petista, sobre o 5º Congresso

Página 13 ***publica a primeira versão do balanço que a direção nacional da Articulação de Esquerda fez acerca do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores.***

Os resultados do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores eram aguardados com expectativa por dezenas de milhões de brasileiros e de brasileiras que desde 1980 vem dedicando suas esperanças e empenhando suas melhores energias e recursos para construir um Partido capaz de representar os interesses e ajudar a organizar a ação das classes trabalhadoras na luta por um Brasil democrático, popular e socialista.

Parcela importante desta "nação petista" esperava que o 5º Congresso aprovasse mudanças na linha política e no funcionamento do Partido, mudanças na ação de nossas bancadas parlamentares e na ação do governo Dilma.

O melhor exemplo deste apelo por **mudanças** foi o manifesto assinado por todos os petistas que integram a executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores, intitulado "O PT de volta para a classe trabalhadora".

Um dos parágrafos deste manifesto afirma: "Sabemos o que ocorreu na história recente com partidos de esquerda que aplicaram políticas de ajuste fiscal inspiradas pelo FMI, como se viu em alguns países da Europa: entraram em crise, foram derrotados em eleições, perderam sua base social. Não queremos que o mesmo aconteça com o PT!"

O texto dos sindicalistas petistas defende ainda ser tempo de "mudar de política e de plano econômico, o que, na nossa opinião, é essencial para a sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores".

O espírito presente no manifesto dos petistas cutistas é amplamente majoritário nas bases vivas do Partido, que sabem que ganhamos a eleição presidencial de 2014 na perspectiva de uma transformação democrático-popular do Brasil, mas agora corremos um sério risco de**desmonte e reversão das mudanças** feitas ao longo dos últimos 12 anos, devido à ação combinada da contra-ofensiva da direita com as opções equivocadas feitas neste início do segundo mandato da presidenta Dilma.

Desmonte e reversão que causariam danos graves aos BRICS, à integração regional, à soberania nacional, ao desenvolvimento do país, à democracia e ao bem estar da maioria trabalhadora. E, claro, causariam danos graves também ao conjunto da esquerda brasileira.

Tragicamente, as resoluções do 5º Congresso nacional do PT -- **pelo que disseram e principalmente pelo que deixaram de dizer**-- frustraram as expectativas e as esperanças das bases vivas do petismo

Comprovou-se assim, mais uma vez, que nossas principais dificuldades não decorrem da ação da oposição de direita, do oligopólio da mídia ou do grande capital, seja transnacional, financeiro, agropecuário ou monopolista. Nossos inimigos e nossos adversários estão apenas fazendo a sua parte.

Se eles estão tendo êxito, é no fundamental devido a **erros, ações e omissões que têm origem nas fileiras do Partido**. Ações e omissões na elaboração, na ação política, na maneira de organizar o Partido e nas relações com a sociedade, especialmente com a classe trabalhadora.

A imensa maioria dos delegados e delega-

das presentes ao Congresso do PT reconheceu que a situação é grave. Mesmo a "Carta de Salvador" -- aprovada na primeira sessão do Congresso --prometia mudanças.

Mas quando o debate disse respeito ao presente, não ao passado nem ao futuro, o que prevaleceu foi o **conservadorismo.**

Foi recusada, por exemplo, a democratização do sistema de eleição das direções partidárias; não se abriu mão do financiamento empresarial privado, portanto não se foi ao fundo da questão da corrupção; não foi admitido o esgotamento da "aliança estratégica" com o PMDB; não foi dada a preferência devida à construção de uma frente de esquerda pelas reformas estruturais.

Mais grave que tudo, **o Partido foi impedido de dizer claramente aquilo que todo petista sabe**: que o ajuste fiscal atualmente em curso afeta a classe trabalhadora, ameaça todas as políticas sociais pela via de cortes e contingenciamentos e poupa os ricos, motivo pelo qual ele deve ser imediatamente interrompido.

Os que aprovaram a "Carta de Salvador" preferiram falar em tese contra políticas de ajuste, da mesma forma como muitos falam em tese de democracia e participação. Mas rejeitaram as críticas ao ajuste realmente existente, por motivos que podemos especular: considerar este ajuste necessário e inevitável, considerar que o mal já está feito, achar que uma crítica explícita seria uma atitude oposicionista, temer a reação da presidenta, não acreditar na possibilidade de termos força para fazer o ajuste ser pago pelos ricos etc.

As resoluções aprovadas prometem em tese uma nova estratégia, mas na prática -- que é o critério da verdade -- **prevaleceu a velha estratégia de conciliação** com o grande capital, com parcelas da oposição de direita e com o oligopólio da mídia, **acompanhada da subordinação do Partido ao governo**.

Como a própria "Carta de Salvador" reconhece, vivemos e seguiremos vivendo tempos de conflitos cada vez mais agudos. Ainda assim, prevalece em nosso Partido aquilo que alguns companheiros denominam de **tendência suicida**: um grupo que exibe fortes sinais de atrofia política e ideológica, que **promete mas na prática se recusa** a adotar uma nova linha política global, uma nova estratégia, um novo padrão de funcionamento e um novo comportamento do Partido na luta de classes.

Em maio de 2013, quando o antigo Diretório Nacional convocou o 5º Congresso, havia a expectativa de que ele cumprisse, na história de nosso Partido, um papel análogo ao do 5º Encontro (1987) e do 10º Encontro (1995).

Estes dois encontros entraram para a história do Partido porque neles se fez um "giro estratégico". Já o 5º Congresso corre o risco de entrar para a história como **mais uma oportunidade perdida**.

Mesmo sabendo que os delegados e delegadas ao Congresso foram eleitos/as no final de 2013, portanto noutro momento político, nada impedia que eles levassem em conta a situação criada após a campanha eleitoral de 2014, adotando uma política, um discurso e uma prática que nos permitissem **manter e aprofundar o apoio e a iniciativa das forças políticas e sociais que tornaram possível nossa vitória no segundo turno**.

Mas não foi isto o que aconteceu de 11 a 13 de junho de 2015, quando reuniram-se em Salvador (BA) 756 delegados (51%) e delegadas (49%).

Mesmo sabendo que o texto-base aprovado -- a já referida "Carta de Salvador" -- era desconhecido até 8 de junho, dias antes do Congresso, nada impedia que as delegações aprovassem resoluções capazes de superar a "campanha de cerco e aniquilamento" movida contra nós. Mas não foi isto o que aconteceu.

Ainda não está disponível a versão final das resoluções, nem o caderno com as emendas remetidas ao Diretório Nacional. Entretanto, para quem considerava que a situação exigia uma mudança profunda e rápida por parte do PT, a conclusão das votações realizadas é que o Congresso do PT optou majoritariamente por não mudar.

Merece destaque que, naquela que talvez tenha sido a principal votação do Congresso, cerca de 45% dos delegados e delegadas presentes votou a favor de uma **resolução que criticava abertamente o ajuste fiscal**.

Mas para enfrentar a conjuntura, **não basta uma grande minoria**. Era necessária uma maioria decidida a mudar.

Ao contrário disto, prevaleceu uma maioria que optou por não criticar o ajuste, uma maioria contrária à mudança na política de "aliança estratégica" com o PMDB, contra a mudança no sistema eleitoral interno, contra realizar um novo congresso do PT no segundo semestre de 2015.

Não há como dissimular: o resultado do Congresso foi uma derrota das expectativas alimentadas por setores importantes da base partidária. Expectativa que esteve presente nas etapas livres do Congresso; presente em diversas tendências, inclusive em setores que integram a tendência majoritária no Partido e na Central Única dos Trabalhadores

Está em curso um debate acerca dos motivos pelos quais prevaleceu esta posição conservadora. Do ponto de vista interno, este debate é relevante, mas do ponto de vista da luta de classes mais importante é **o que poderá resultar e o que fazer** diante disto.

Se os que venceram o 5º Congresso estiverem certos, o governo Dilma fará uma inflexão à esquerda, o ajuste será superado, voltaremos a ter crescimento, emprego e ampliação do bem estar. Do contrário, as coisas evoluirão no sentido oposto, restando saber se haverá tempo e nova oportunidade para corrigirmos o rumo.

Se a maioria dos delegados presentes ao 5º Congresso tiver feito a opção correta, a atual direção e as atuais regras de funcionamento interno vão nos ajudar a sobreviver à campanha de "cerco e aniquilamento" e também vão contribuir para a retomada da iniciativa política. Se erraram, as dificuldades vão aumentar e serão acompanhadas do desânimo, da decepção e do afastamento de parte de nossas bases.

Nunca é demais lembrar, especialmente aos que disto parecem ter se esquecido: **num partido democrático de massas, não basta ter maioria nas instâncias decisórias**. É preciso ter hegemonia e legitimidade junto às bases sociais. E o fato é que as "regras do jogo" interno não apenas tornam cada vez mais improvável à minoria virar maioria, como também **limitam a expressão da maioria da base**, submetida a filtros que fazem o aparato e as finanças prevalecerem, ao tempo em que certas instâncias se tornam cada vez mais surdas ao que se passa nas nossas bases sociais. E quando o Partido perde conexão com suas bases, ele se converte num partido tradicional, cada vez menos inventivo, criativo, transformador e revolucionário.

Precisávamos de uma maioria decidida a mudar. E ao contrário disto, prevaleceu uma maioria conservadora.

Frente a isto, o que fazer?

Em primeiro lugar, reafirmamos: não vamos entregar o PT nas mãos desta tendência suicida. Nos somaremos àqueles e àquelas que estiverem dispostos a continuar travando os debates que a maioria do Congresso preferiu não fazer, pelo menos não agora, com destaque para a necessidade de construir uma nova estratégia para um novo período histórico.

Por este motivo, afirmamos nossa disposição de participar e organizar, ao longo do segundo semestre de 2015, novas "etapas livres" de discussão, criando espaços internos de manifestação e organização dos petistas que discordam das determinações conservadoras que pesaram sobre o V Congresso.

Nos somaremos àqueles e àquelas que lutarão para impedir que seja aprovada a esdrúxula proposta segundo a qual não seria mais necessário contribuir financeiramente com o PT, para poder ter o direito de eleger nossas direções e definir nossas políticas.

Nos somaremos àqueles e àquelas que exigirão da direção nacional que cumpra o prometido na "Carta de Salvador", no que diz respeito a começar um novo ciclo de desenvolvimento.

Nos somaremos àqueles e àquelas que continuarão nas ruas, carregando as bandeiras petistas ao lado dos movimentos sociais, em favor das reformas estruturais, contra o retrocesso desejado pela oposição de direita e também contra o ajuste fiscal.

Seguiremos lutando, portanto, para mudar a linha do Partido.

A atual direção está nos conduzindo a uma derrota brutal, aqui e agora, em 2016 e em 2018. Do mesmo jeito que os povos têm o direito e o dever de lutar contra a opressão, **a militância partidária tem direito à rebelião contra uma política que está ameaçando liquidar nosso Partido**

Os que assistiram ao 5º Congresso sabem que nele travamos o bom combate. Entramos e saímos dizendo que a estratégia adotada pelo PT desde 1995 está esgotada; a subalternidade frente ao governo ameaça nossa sobrevivência; precisamos voltar a combinar luta social e institucional, luta cultural e organização partidária, reformas estruturais e luta pelo socialismo.

Os resultados do 5º Congresso -- não apenas pelo que ele disse, mas principalmente pelo que ele deixou de dizer -- ameaçam o Partido dos Trabalhadores, o que afeta toda a esquerda, piora as condições de vida da classe trabalhadora e pode fazer o Brasil voltar a um papel secundário no cenário internacional.

Em nome de tudo que está em jogo, seguimos lutando. Aos que nos perguntam quais as chances de vitória nesta luta por mudar os rumos do PT, respondemos com franqueza: são reduzidas, como foram igualmente reduzidas as chances de vitória em tantas outras disputas de significado estratégico. O que não nos impediu de lutar, nem impediu que fossemos vitoriosos em várias delas.

Se vencermos desta vez, será pelo mesmo motivo fundamental que nos possibilitou vencer em outras situações: graças à força e a vontade dos setores mais combativos da classe trabalhadora. A isso dedicaremos o melhor dos nossos esforços.★

A direção nacional da tendência petista
Articulação de Esquerda
17 de junho de 2015

Extratos das resoluções

Nos dias 2 a 5 de abril de 2015, a tendência petista Articulação de Esquerda realizou seu 2º Congresso nacional. Simultaneamente, foi realizada a 8ª Conferência Sindical. Todas as resoluções estão disponíveis em versão impressa e digital (www.pagina13.org.br). Uma das resoluções, intitulada "Um partido para tempos de guerra", foi apresentada como projeto de resolução para o 5º Congresso do PT. Página 13 publica nesta e na próxima edição extratos – elaborados por Eleandra Koch e Marcos Jakoby – das demais resoluções.

Central Única dos Trabalhadores

Debatida a relação entre o movimento sindical e o governo Dilma.

Nenhum dos pontos da plataforma da classe trabalhadora elaborada pela CUT em 2010 foi incorporado ao programa de governo e muito menos às ações dos primeiros anos do Governo Dilma. Por outro lado, avança uma agenda prejudicial aos trabalhadores e ao movimento sindical, como a terceirização via PL 4330. Não avançam pautas como a regulamentação da Convenção 151 da OIT, que trata do direito à negociação coletiva no setor público.

Muito negativa a ausência de diálogo: o governo federal não abriu efetivo processo de negociação com a CUT e com o movimento sindical em geral.

No âmbito dos avanços, destaca-se a regulamentação do trabalho e garantia dos direitos dos/as trabalhadores/as domésticos.

Nos últimos doze anos se construiu uma realidade econômica mais favorável para o conjunto da classe trabalhadora e para a ação do movimento sindical. Tais avanços, bem como os compromissos assumidos por Dilma durante a campanha eleitoral de 2014, ajudam a compreender o apoio do movimento sindical à sua candidatura e o choque frente à política de arrocho fiscal (por exemplo as Medidas Provisórias 664 e 665).

Emprego, crescimento, aumentos reais de salários, maior distribuição de renda, política de valorização do salário mínimo, aumento da classe trabalhadora e emergência de uma nova classe trabalhadora não resultaram em fortalecimento e crescimento significativos do movimento sindical.

Além dos desafios conjunturais, debate os desafios estratégicos do sindicalismo, que são indissociáveis do debate sobre o peso da indústria no conjunto da economia nacional. A política de juros altos é nefasta ao desenvolvimento da indústria e à proteção do emprego.

A CUT segue como referência política e organizativa para milhões de trabalhadores na base, sendo a principal protagonista das maiores movimentações, lutas e greves acontecidas na última década. Permanece em condições de articular as lutas cotidianas, com a luta por reformas estruturais e pelo socialismo. Mas para tanto se faz necessário reafirmar um "horizonte estratégico" que vá além do "pacto pelo crescimento econômico com distribuição de renda". Incorporar as reformas estruturais e o questionamento do capitalismo permitiria à CUT fortalecer a consciência de classe e compreender adequadamente os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista.

Em junho de 2013 pela primeira vez em décadas o movimento sindical não protagonizou uma grande mobilização social (ou não foi participante destacado dela). Importância e urgência da CUT expandir sua relação com movimentos de juventude, notadamente no setor terciário, sujeito às maiores taxas de subemprego e rotatividade. Fortalecer a Secretaria Nacional de Juventude da central. Evidente também a importância da organização sindical das mulheres.

Fotos: Robson B. Sampaio

A classe trabalhadora e a desindustrialização

O êxito de nossa luta pelo socialismo depende, em principal medida, da consciência, organização e capacidade de luta das classes trabalhadoras, seja dos trabalhadores pequeno-proprietários, seja dos trabalhadores assalariados. Entre as diversas frações da classe dos trabalhadores industriais, aponta-se a importância do operariado industrial, dado o papel estratégico do setor industrial. Faz-se necessário reverter o processo ocorrido desde os anos 1980 no Brasil, o qual resultou numa redução no peso absoluto e relativo da indústria na economia brasileira, mas também uma perda de liderança da indústria no conjunto da economia nacional. O processo de desindustrialização afetou tanto a economia nacional quanto o tamanho e a influência do operariado industrial e, portanto, a força do conjunto da classe trabalhadora.

Cultura

Destaca-se o papel decisivo que a cultura tem no processo de superação da exploração capitalista. Considera-se a dimensão cultural e simbólica como estratégica na disputa de hegemonia e na transformação política do Brasil. Temos o desafio de construir uma Frente Nacional da Cultura (com este ou outro nome, a ser construído coletivamente), envolvendo movimentos, coletivos, redes, artistas, ativistas culturais etc. O Partido dos Trabalhadores precisa ter uma setorial atuante o ano inteiro, que debata e construa lutas que extrapolem a pauta eleitoral e as composições governamentais.

Cenas do 2º Congresso da AE

Saúde

Fortalecer os mecanismos de participação popular, participar de todas as etapas da 15ºConferência Nacional de Saúde, articular a apresentação e aprovação de resoluções em Defesa do SUS no 5º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, envolver/articular amplos setores sociais no movimento em defesa do SUS.

A saúde deve ser um direito de todos/as, não uma mercadoria acessível a depender da riqueza de cada pessoa. Superar a fragmentação do SUS e os artifícios administrativos, políticos e econômicos que promovem a privatização do sistema. As administrações municipais petistas devem estar na linha de frente da defesa do SUS. Que o Brasil supere a dependência científica e tecnológica, aprovação da lei de Responsabilidade Sanitária, mobilização popular para aprovação da obrigatoriedade de alocação de 10% da Receita Bruta da União, barrar a PEC 451, pressionar o STF para que julgue e aceite a ADIN movida contra a Lei 13.097/2015,defender que o Diretório Nacional do PT seja coautor da Ação Direta 5.239 de Inconstitucionalidade.

Mulheres: organizar é preciso!

Discute a história das lutas, as concepções, os avanços advindos da luta das mulheres e dos movimentos feministas. Nas últimas décadas, as ações dos movimentos feministas e de mulheres foram essenciais para os avanços em nossa sociedade no que diz respeito a igualdade de gênero, que, entretanto, ainda não é plenamente garantida. Em 2003 foi instituída a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e conseguimos avançar em diversas pautas, como na implementação de políticas públicas voltadas para o empoderamento e autonomia das mulheres, bem como medidas de combate às várias formas de violência.

Há muito ainda a se percorrer no caminho de afirmação efetiva dos direitos das mulheres na sociedade e também no PT, onde a paridade nas instâncias partidária foi conquistada no 4° Congresso, sendo necessário que tal resolução redunde efetivamente no empoderamento das mulheres e investimento partidário objetivo, para que a paridade se consolide enquanto prática política. Fortalecer a luta das mulheres, no partido e nos movimentos sociais. Priorizar o fortalecimento, a organização e a articulação dos movimentos que representem as principais lutas e bandeiras do movimento feminista. Diálogo permanente com os movimentos sociais onde as mulheres estão organizadas. Construir políticas públicas que melhorem a vida das mulheres. Organizar um calendário de lutas conjunto.

Estudantes universitários

O conteúdo da resolução aborda a crise de representatividade e a burocratização vivida pela UNE. Como o campo majoritário da UNE, liderado pelo PC do B, não alterou sua política e não fez nenhum gesto real de democratização da entidade e de mudança, a política da JAE continua sendo lutar por uma nova direção para a UNE. A juventude do PT deve discutira uma estratégia petista para a UNE. Essa unidade petista deve fortalecer o Campo Popular, enquanto uma alternativa política para os rumos da entidade, frente ao governismo cego do campo majoritário e ao oposicionismo esquerdista, incapaz de enxergar avanços ocorridos com os governos Lula e Dilma.

A luta contra a corrupção

A corrupção é um fenômeno antigo, mas o capitalismo deu um caráter sistemático à corrupção. A corrupção existe tanto nas ditaduras quanto nas democracias, mas as liberdades democráticas quando são efetivas impõem limites e dificuldades à corrupção. A corrupção é um meio de elevar e acelerar a concentração de renda e a riqueza patrimonial, sobretudo das grandes empresas. Por isso, há uma convergência de interesses entre os corruptores, a direita partidária e os setores empresariais que a direita representa, com a "americanização" das campanhas eleitorais: para manter seus interesses, criam mecanismos antidemocráticos e corruptos para influenciar as eleições, a exemplo do financiamento privado das campanhas eleitorais. Por isto, para a direita, o grande capital e o oligopólio da mídia, o "combate a corrupção" é algo totalmente ocasional, tático, instrumental. Já nosso Partido deixou de construir mecanismos de autofinanciamento e pouco a pouco foi se adaptando aos métodos de financiamento privado. É preciso enfrentar a situação, reconhecer ter cometido erros graves e os corrigir. ★

O PT de volta para a

Página 13 publica a íntegra do manifesto elaborado por sindicalistas cutistas e petistas, dirigido aos delegado(a)s e participantes do 5º Congresso Nacional do PT

Nós, sindicalistas CUTistas e PeTistas, estamos nos dirigindo aos delegados e delegadas do 5º Congresso Nacional do PT (Salvador, 11 e 12 de junho) por considerar muito grave a situação de nosso partido neste momento.

O PT, que completou 35 anos, hoje está imerso numa profunda crise. Aquele partido de militância, que organizava núcleos de base nos locais de moradia e trabalho, que nasceu *"da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode absorver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados"* (Manifesto de fundação), foi, pouco a pouco, transformando-se numa espécie de "federação de mandatos parlamentares" onde cada um deles, com raras e honrosas exceções, passou a agir como um "micropartido". O PT acomodou-se a um sistema eleitoral que privilegia o financiamento de empresas para suas campanhas, em detrimento de suas características originais que privilegiavam a sua militância.

É certo que na última década a classe trabalhadora teve ganhos significativos. Foram adotadas políticas econômicas e sociais positivas para a maioria do povo brasileiro, como a valorização do salário mínimo e a criação de 22 milhões de novos empregos formais. Ao final de 2014 a taxa de desemprego era de 4,8%, com a inflação controlada, com 40 milhões de pessoas saídas da extrema pobreza e com uma nova dinâmica de desenvolvimento regional no país, priorizando o investimento federal nas regiões Norte e Nordeste.

Vieram as eleições de outubro de 2014, onde a CUT e os movimentos sociais foram imprescindíveis para a reeleição de Dilma em defesa dos direitos e contra o retrocesso. Mas o governo, em vez de dar continuidade a essa relação positiva que garantiu a vitória no 2º turno, optou por uma guinada na política econômica, com medidas de ataques a direitos dos trabalhadores, sem sequer dialogar com as centrais sindicais. Aproveitando-se dessa situação, a oposição e a direita cresceram nas ruas e nas instituições, com o apoio da grande imprensa.

Nessa situação, o PT ficou no meio do fogo, ora dando sustentação às medidas de ajuste fiscal do governo, ora defendendo corretamente as nossas bandeiras, como na luta contra o PL 4330 da terceirização. Causou profunda decepção na militância sindical petista a aprovação das MPs 664 e 665, que restringem o acesso das camadas mais vulneráveis de nossa classe a direitos trabalhistas e previdenciários.

É urgente interromper as tentativas de implementação de uma agenda neoliberal no país que têm como objetivo central reduzir o custo do trabalho através do desemprego e da flexibilização das Leis Trabalhistas. O Projeto 4330, da Terceirização, é parte fundamental dessa agenda, por isso o PT precisa seguir lutando por sua derrota agora no Senado (PCS 30).

Consideramos que a política de ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda coloca o PT contra a classe trabalhadora e as camadas populares que sempre foram sua principal base de apoio. Trata-se de uma política econômica que diminui o papel do Estado, corta investimentos e eleva juros, acabando por restringir direitos sociais, rebaixar salários e aumentar o desemprego, com impactos negativos no PIB.

Sabemos o que ocorreu na história recente com partidos de esquerda que aplicaram políticas de ajuste fiscal inspiradas pelo FMI, como se viu em alguns países da Europa: entraram em crise, foram derrotados em eleições, perderam sua base social. Não queremos que o mesmo aconteça com o PT!

Hoje o PT, que já gozou do apoio constante de mais de 30% do eleitorado, atinge a sua mais baixa popularidade. Assistimos a tentativas vindas de forças inimigas de criminalização de nossos dirigentes e do próprio PT, às quais o nosso partido não reagiu à altura. Segmentos do Judiciário, a mídia e partidos conservadores vem tentando criar um cenário que permita abre-

classe trabalhadora

viar o mandato de Dilma e até mesmo levar à extinção do PT.

Estamos seguros que só sairemos dessa crise se retomarmos a nossa tradição de partido da classe trabalhadora, de organização da militância para a luta social e política. Basta de diretórios esvaziados e burocratizados, com direções que muitas vezes não têm relação com o movimento dos trabalhadores e setores populares. É preciso mudar nossos métodos de debate e decisão, em favor de mecanismos que permitam a real participação dos militantes na vida partidária.

O momento é grave e nós nos dispomos a assumir a nossa parcela de responsabilidade no resgaste das melhores tradições do partido, intervindo de forma mais ativa e militante na sua vida. Queremos contribuir na formulação de uma política econômica voltada para o desenvolvimento e a inclusão social.

É preciso que o PT afirme a necessidade do Estado atuar a favor do crescimento, é necessário reduzir a taxa de juros, fazer com que as tarifas públicas contribuam para a queda da inflação e implementar programas governamentais de incentivo à atividade produtiva. O sistema tributário deve ser progressivo, taxando grandes fortunas e heranças, com uma reforma que desonere salários, taxe lucros, dividendos e ganhos com a especulação financeira, ao mesmo tempo que se estimule o aumento de renda dos mais pobres. Os programas sociais do programa eleito precisam ser iniciados de imediato.

Enfim, uma agenda política positiva, que tenha no centro a valorização do trabalho, com uma política econômica anti-neoliberal que implica a democratização do Estado e a realização de reformas estruturais (reforma política democrática, reforma agrária, reforma tributária e democratização da comunicação).

É nosso dever, como dirigentes sindicais petistas, defender a classe trabalhadora. Jamais abdicaremos disso, inclusive quando houver conflito de posições entre nós, partido e governo.

Seguimos em luta para interromper as políticas econômicas neoliberais que se expressam no início desse segundo mandato do governo Dilma Rousseff. É esta a pauta urgente para o Partido dos Trabalhadores aumentar seu diálogo com os movimentos sociais e derrotar os inimigos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ainda é tempo de mudar de política e de plano econômico, o que, na nossa opinião, é essencial para a sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores.

É com esse espírito que queremos intervir neste 5º Congresso: queremos o PT de volta para a classe trabalhadora! ★

Assinam a título individual:

Vagner Freitas de Moraes
João Antônio Felício
Carmen Helena Ferreira Foro
Sérgio Nobre
Maria Aparecida Faria
Quintino Marques Severo
Aparecido Donizeti da Silva
Antônio de Lisboa Amâncio Vale
Maria Julia Reis Nogueira
Rosane Bertotti
José Celestino Lourenço (Tino)
Admirson Medeiros Ferro Jr (Greg)
Alfredo Santana Santos Jr
Jasseir Alves Fernandes
Rosane Silva
Jacy Afonso de Melo
Valeir Ertle
Expedito Solaney Pereira Magalhães
Maria da Graça Costa
Pedro Armengol de Souza
Junéia Martins Batista
Eduardo Guterra
Daniel Gaio
Elisângela dos Santos Araújo
Jandyra Uehara
Julio Turra Filho
Rogério Pantoja
Roni Barbosa
Rosana Sousa Fernandes
Shakespeare Martins de Jesus
Vítor Carvalho

(Aberto a novas adesões entre sindicalistas cutistas e petistas)

Juca, parte dois

Passados os primeiros meses de governo, nas redes e nas rodas continua a pairar sobre a atual equipe do ministério da Cultura uma expectativa predominantemente positiva e uma grande esperança de que as declarações iniciais do ministro Juca, à esquerda, mantenham-se neste sentido e efetivem-se na prática. Estes e outros temas são abordados no texto a seguir, segunda e última parte de artigo publicado na edição de maio do Página 13.

Sonia A. Fardin*

A política de pontos de cultura recebeu um sinal promissor quando da regulamentação da Lei Cultura Viva, em abril. Mesmo com as procedentes críticas recebidas pelas alterações realizadas no texto original – entre estas alterações, a possibilidade de instituições universitárias se autodeclarem como ponto de cultura --, a regulamentação cumpre etapa importante na implantação da política voltada aos saberes tradicionais.

Resta a batalha pela efetivação orçamentária do programa, pela garantia da ampliação de recursos para amplificar redes que vêm se constituindo a partir de experiência concretas de comunidades e grupos das mais diversos matizes, sob a perspectiva de uma outra forma de produção criativa, circulação de conhecimento e gestões horizontalizadas, autônomas e compartilhadas.

Outro sinal positivo foi a postura firme frente a empresa Facebook. Logo após a presidenta Dilma Rousseff firmar parceria do governo federal com a direção da rede social, o Ministro da Cultura entrou com medidas legais contra a empresa por causa da censura feita a uma foto publicada na página do MinC, foto de um casal de indígenas botocudos retratado no começo do século 20. Sobre os enormes riscos da parceria do governo federal com a empresa Facebook caberia outro artigo específico. Vale aqui destacar a ação firme do MinC, que fez a empresa Facebook rever sua conduta discriminatória, autoritária e eurocêntrica que classificou como exposição de nudez um registro visual de uma cultural milenar.

No que tange a relação cultura e educação, algumas sinalizações positivas foram feitas com a aproximação com o Ministério da Educação após a posse de Renato Janine Ribeiro. No entanto, a continuidade do Programa Mais Cultura nas escolas está ameaçada por atrasos na liberação de recursos: o programa está praticamente congelado em grande parte das escolas.

Porém, o ponto central é: as pastas da Cultura, da Educação e da Comunicação precisam fazer enfrentamento conjunto aos detentores do poder midiático e das empresas que controlam a produção e veiculação de materiais didáticos e paradidáticos, nos meios impressos e audiovisuais, materiais e meios que em grande parte ainda reproduzem estereótipos, preconceitos e discriminações étnicas, religiosas e de gênero. Trata-se de batalhar pela democratização e regulação das mídias.

É indispensável afirmar o papel protagonista do MinC no combate aos oligopólios que conjugam a exploração de cultura, comunicação e educação como mercadoria e que fazem a apologia do consumo, despolitizam a ação criativa e fomentam a valorização do sucesso no mercado como signo de prestígio cultural.

Quanto à valorização das artes e a revisão da Funarte há muito pleiteada, urge ser efetivamente colocado em curso um plano de investimentos e modernização de instalações. O que agora está posto pelo MInC é o início de um amplo debate descentralizado com vistas a colher dados e proposições para rever a política de editais e de apoio à pesquisa e circulação de produções artísticas.

A medida está sendo bem recebida por artistas e realizadores, mas a expectativa é que os investimentos realmente se efetivem, que o Ministro consiga recursos humanos e financeiros para dar respostas aos editais em atraso e ampliar a capilaridade dos programas já implementados.

Dar abrangência nacional às atividades do ministério é uma urgência, pois centenas de municípios brasileiros nunca receberam nenhuma ação efetiva das políticas púbicas de cultura do governo federal.

A equação entre fomento, investimento público e participação social passa necessariamente, pela revisão da Lei Rouanet, aprovação e implantação da PEC da Cultura e do ProCultura, garantia orçamentaria da aplicação da Lei Cultura Viva e a redefinição do papel e dos editais da Funarte.

Não se faz política pública sem debate social, mas também não se faz sem investimentos públicos. Ou seja, não só, mas também e de forma decisiva, é pela via or-

çamentária e sua eficiente destinação e execução que se faz fortalecimento de ações de afirmação cultural, sustentação de práticas criativas tradicionais e a produção de pesquisa e difusão artística.

E um dos grandes desafios de Juca será fazer uma política cultural critica e emancipadora, olhando para esquerda, com a área econômica seguindo noutra direção. ★

***Sônia Aparecida Fardin** é historiadora, militante da cultura e integrante da direção nacional da AE

TENDÊNCIA

15ª Jornada de Formação

Em Brasília (DF), nos dias 18 a 24 de julho de 2015, realizaremos mais uma Jornada Nacional de Formação Política da tendência petista Articulação de Esquerda.

Serão oferecidos quatro cursos: 1) Estudo das Resoluções do PT e da AE; 2) Lutas de massas e socialismo (mulheres, juventude, sindical, combate ao racismo, LGBT, questão agrária, questão ambiental, questão urbana, saúde); 3) Planejamento, propaganda e coordenação de campanhas eleitorais; e 4) Estudo de *O Capital* e do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A realização dos cursos 2, 3 e 4 dependerão de quórum mínimo de 15 inscrições em cada um, que será verificado no dia 3 de julho. Se o quórum não for alcançado, o respectivo curso será cancelado.

As inscrições deverão ser feitas em formulário eletrônico disponível em www.pagina13.org.br. A taxa e inscrição cobre os custos de estadia, alimentação, material didático e transporte do Plano Piloto de Brasília ao local da Jornada.

Bons estudos!

MEMÓRIA

Companheiro Neiva, presente!

Foto: Renam Brandão

*Diogo Coelho**

A esquerda socialista brasileira perdeu no último dia 24 de maio um de seus militantes históricos. A dois dias de completar 66 anos, morreu Antonio Neiva, ou simplesmente Neiva, como era mais conhecido. Não resistiu a um quadro de infecção generalizada, derivado de uma pneumonia.

Filho do jornalista Geraldo Moreira e de D. Tercy Moreira, sobrinho do jornalista Neiva Moreira – um dos mais próximos correligionários de Leonel Brizola -, Neiva nasceu em 1949 no Rio de Janeiro, mas ainda muito novo foi morar em São Luis do Maranhão. Desde muito cedo a política já fazia parte de seu ambiente familiar. Em 1964, o "Jornal do Povo", que seu pai editava e no qual Neiva chegou a trabalhar, foi fechado pela ditadura militar.

No emblemático ano de 1968, Neiva ingressou no curso de engenharia da Universidade de Brasília (UnB). Lá, iniciou sua militância de forma mais orgânica, na Ala Vermelha do PCdoB. Já naquele primeiro ano de Universidade, Neiva sofreu sua primeira prisão pela ditadura militar.

Mudou-se para São Paulo, onde entrou para a clandestinidade e a luta armada, e acabou preso pela segunda vez pelos militares, em 1971. Depois de solto, em 1972, mudou-se para o Rio de Janeiro. Ingressou na Faculdade de Economia da UFRJ, onde concluiu a graduação e cursou o mestrado, sempre mantendo ativa sua militância na Ala Vermelha.

Como representante da Ala Vermelha, integrou a coordenação de campanhas do velho MDB, como as de Lisâneas Maciel e Raimundo de Oliveira.

Foi também no Rio de Janeiro que Neiva participou, desde o início, do processo de fundação do Partido dos Trabalhadores. Já no PT, foi um dos principais articuladores da fusão da Ala Vermelha com a OCDP e o MEP, que resultou no MCR e posteriormente na tendência interna Força Socialista.

Neiva deixa um legado de busca agregadora de unidade da esquerda brasileira, e de luta incansável por uma sociedade onde não existam mais oprimidos nem opressores

O esforço pela fusão revela uma característica marcante de Neiva: o espírito agregador, o combate ao sectarismo e a clareza da importância da busca pela unidade da esquerda socialista brasileira.

No PT do Rio de Janeiro, Neiva foi dirigente destacado desde a fundação do partido. Nos últimos 15 anos, coordenou as vitoriosas campanhas do atual senador Lindberg Farias a deputado federal (2002), prefeito de Nova Iguaçu (2004 e 2008) e senador (2010). Também esteve na coordenação da campanha de Lindberg ao governo do estado no ano passado.

No último período, a principal preocupação de Neiva era a necessidade de reorganização da esquerda brasileira. Era a essa tarefa que ele vinha dedicando suas melhores energias militantes. O pessimismo com que analisava o atual quadro político nacional para as forças populares em momento nenhum lhe arrefeceu o empenho na luta diária pela formação de uma frente ampla de esquerda que reposicionasse os diversos grupos da esquerda brasileira e permitisse um salto organizativo num momento futuro de ascenso do movimento de massas.

A energia generosa com que Neiva se lançava aos desafios colocados a cada momento de sua vida pelo cenário político nacional só é comparável ao amor que ele dedicava a seus quatro filhos (Alvaro, fruto do primeiro casamento com Sandra, e Yanna, Vicente e Martina, filhos de Neiva com Moema), seus cinco netos (Beatriz, Mateus, Teo, Alice e Valentin) e ao Flamengo, time que acompanhava assiduamente não apenas no Maracanã, mas também em estádios Brasil e continente afora.

Além dos filhos e netos, Neiva deixa um legado de busca agregadora de unidade da esquerda brasileira, e de luta incansável por uma sociedade onde não existam mais oprimidos nem opressores. ★

Companheiro Neiva, presente!

***Diogo Coelho**, militante da Ação Crítica no RJ